

Uaimiris-atroaris reduzem preço para liberar estrada

Índios aceitam 0,5% da produção oferecido, mas querem ainda R\$ 40 mil mensais fixos

Euzivaldo Quelroz — 8/out/96

Os índios e o Programa Uaimiri-Atroari querem R\$ 40 mil em pagamento fixo, além de 0,5% da produção mensal de cassiterita explorada pela Mineração Taboca, para liberar o acesso à vila de Pitinga. Esta é a segunda proposta por parte dos índios após onze dias de interdição da maior mina de cassiterita do mundo, localizada no município de Presidente Figueiredo.

A proposta foi enviada na noite de anteontem, como correspondência entregue na portaria da empresa, segundo o gerente-geral da Mineração Taboca, Aroldo Garcia. "Estamos avaliando, mas consideramos que este ainda é um valor alto pois representaria 1,5% da produção de cassiterita", disse Garcia. O gerente comentou que a exigência dos índios inclui percentuais sobre outros minérios além da cassiterita. "Mas não estamos explorando mais nada além da cassiterita", diz ele.

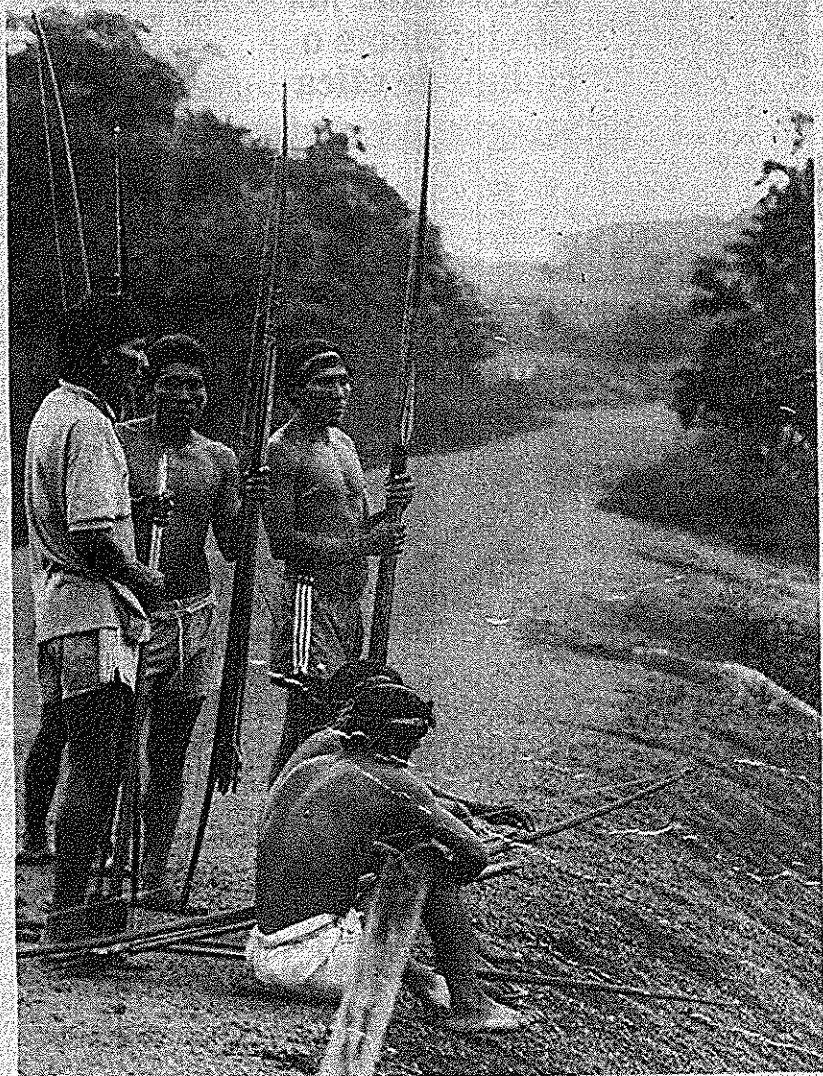
Inicialmente, os índios exigiam R\$ 78 mil para permitir que a Mineração Taboca - empresa filiada ao grupo Paranapanema - continue a trafegar dentro de área indígena transportando minérios. Segundo os cálculos do gerente da empresa, essa nova proposta se aproxima de R\$ 65 mil mensais.

É que desde 1982, a Paranapanema abriu uma estrada vicinal que liga a Vila de Pitinga à rodovia BR-174 (Manaus-Boa Vista), cortando 45 quilômetros da reserva dos índios Uaimiri-Atroari. Até então o escoamento da cassiterita era feito por essa estrada, sob o pagamento do "pedágio" no valor de R\$ 17 mil mensais. Mas os índios contaram que não estavam recebendo o valor, salvo em quantias de alimentos que não sabem se correspondia ao total cobrado.

Desta vez os Uaimiri-Atroari falam que não é o dinheiro por si que interessa a eles mas a sobrevivência de sua tribo. Os índios contaram inclusive que esperam preparar uma poupança para seus filhos e netos com o dinheiro que estão exigindo da Paranapanema, mas também chegaram a afirmar que querem a mineradora longe de suas terras, pois ali a empresa trouxe poluição dos rios e perturbação para eles.

Acampados nos extremos da estrada aberta pela Paranapanema, os índios prometem que só saem de lá com uma solução definitiva: ou a mineradora paga ou terá que deixar de usar terras indígenas. Na semana passada os índios anunciaram que, se não houver acordo, irão isolar definitivamente o local destruindo a ponte que sai da reserva e liga a estrada até a Vila do Pitinga, onde residem cerca de dois mil trabalhadores da empresa.

Se a empresa aceitar pagar o valor exigido pelos índios, será elaborado um termo de compromisso fixando o acordo entre as partes. Sobre a vinda do presidente do grupo Paranapanema para participar das negociações, o gerente da Mineração Taboca disse que houve um "pequeno mal entendido" por parte do Programa Uaimiri-Atroari, que assessora os índios. Numa conversa entre um indigenista do PWA e Garcia foi dito que haveria uma conversa com o presidente do grupo. "Mas isto está acontecendo em São Paulo mesmo, agora que o presidente retornou do exterior". "Todas as negociações serão discutidas pela direção local, eu (Aroldo Garcia) e o diretor da divisão de estanho (Ricardo Dequesh) é que estamos tratando da questão", esclareceu o gerente-geral da Mineração Taboca em Pitinga.



Os Uaimiris-atroaris apresentam nova proposta de menor valor